

AÇÃO E PENSAMENTO DA REPÚBLICA

DIREÇÃO DE FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA E LEONARDO LEITE NETO

5

NÍCIA VILLELA LUZ
Organizadora

**IDÉIAS ECONÔMICAS DE
JOAQUIM MURTINHO**

Cronologia, introdução, notas bibliográficas
e textos seleccionados

SENADO FEDERAL

Fundação Casa de Rui Barbosa — MEC

Brasília — Rio de Janeiro

1980

INTRODUÇÃO AO RELATÓRIO DO MINISTRO DA FAZENDA

1899

Sr. Presidente da República:

Ao apresentar-vos o relatório dos serviços a cargo do Ministério, cuja direção me foi confiada, seja-me permitido, antes de tratar detalhadamente de cada uma das seções em que se subdivide este ramo de administração pública, fazer algumas considerações gerais sobre os dois problemas, que mais de perto interessam ao País: a crise econômica e a crise financeira. A primeira depende não da diminuição da massa de produtos, mas da redução do valor da unidade do mais importante deles: o café.

Essa redução de preço é a consequência econômica, lógica e forçada, da produção exagerada em relação ao consumo.

A crise é, pois, a expressão, não de uma decadência no trabalho nacional, mas de uma degradação econômica consequente à aplicação viciosa desse trabalho na produção de um gênero excessivo no mercado.

A crise financeira depende por sua vez, não tanto da diminuição da massa das rendas do Estado, mas da redução do valor da unidade dessa massa.

Esta redução é por seu turno a consequência econômica, lógica e forçada, da produção exagerada do meio circulante em relação ao valor real da circulação.

Reproduzido do volume: *Relatório apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil* pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, Joaquim Murinho, no ano de 1899, 11º da República. *Rio de Janeiro — Imprensa Nacional — 1899*. Exemplar da Biblioteca do Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro, RJ.

A crise financeira é, pois, não a expressão de uma grande decadência nas fontes de renda do Estado; mas do regime, que produzia a superabundância de papel-moeda no mercado.

As duas crises são, Sr. Presidente, perfeitamente semelhantes em sua expressão geral: superabundância de café em relação ao consumo, superabundância de papel-moeda em relação ao valor da circulação; abaixamento do preço do café, abaixamento do preço do papel; redução do valor total da renda nacional, redução do valor total das rendas do Estado.

Semelhantes em suas manifestações, são também semelhantes em suas origens.

As grandes emissões, que excitaram a febre de negócios, desenvolvendo os canais da circulação monetária, invadiram os campos, destruindo a calma, a prudência e a sabedoria no espírito dos agricultores, infiltrando-lhes a ambição de grandes fortunas realizadas com grande rapidez.

Os títulos de crédito representam sem dúvida papel de grande importância nas transações das sociedades adiantadas, e essa importância cresce tão paralelamente ao desenvolvimento dessas sociedades, que se pode dizer que o papel que eles representam no comércio serve de termômetro para medir o progresso industrial e comercial dos povos.

Esses títulos não têm valor real em si mesmos, mas representam um valor potencial, que pode, fecundado pelo trabalho, produzir valores reais.

As letras descontadas todos os dias pelos comerciantes, industriais e agricultores são fatores importantes na formação das riquezas criadas por aquelas três grandes manifestações da atividade humana.

Se o valor potencial dos títulos de crédito pode exercer as mesmas funções que o valor real da moeda, há, entretanto, uma diferença radical entre essas duas espécies de valor: o último tem uma existência permanente, ao passo que o primeiro tem uma existência transitória.

O valor potencial ou cria um valor real, que o substitui ou desaparece em um tempo mais ou menos curto.

Se os que descontam as letras nos bancos conseguem com o seu trabalho criar novos valores, estes vão substituir naqueles bancos os valores potenciais das letras pelos valores reais criados, dados em pagamento, e ter-se-á assim aumentado a riqueza pública e particular.

Se, porém, nenhum valor real foi criado pelas letras descontadas, estas vão se depreciando pelas reformas sucessivas, até que tenham perdido de todo o seu valor.

No primeiro caso, as carteiras bancárias ter-se-ão enriquecido por uma parte dos novos valores criados pelo trabalho produtivo; no segundo caso, porém, elas ficarão com um grande valor nominal em depósito, mas desse valor nominal só uma parte terá valor real; a outra, representada por letras descontadas sem valor, apresentará massa inerte, diluindo o valor real do banco em uma grande massa de valor nominal.

Alguma coisa de semelhante se passa com o papel-moeda, que exprime um título de crédito, uma promessa de pagamento, uma espécie de letra descontada que se deposita na circulação monetária do País.

O papel-moeda representa por isso também um valor potencial no momento de sua emissão, e esse valor potencial tende por sua vez a ser substituído por um novo valor real criado, ou, ao contrário, a desaparecer.

Se o papel emitido é empregado em trabalho produtivo, a riqueza criada vem substituir o valor potencial do bilhete e há aumento verdadeiro de riqueza pública e particular, manifestado por um desenvolvimento de circulação monetária não só em sua extensão, mas também em seu valor real.

Se, porém, o emprego do papel-moeda se faz em trabalhos improdutivos, nenhum valor real será criado para substituir o valor potencial do bilhete, que assim desaparece, deixando uma circulação grande em sua extensão e pequena em seu valor real.

A emissão de papel-moeda, criando valores potenciais, provoca a formação de negócios, alarga de fato a circulação, aumentan-

do-lhe o valor primitivo durante o tempo de existência daqueles valores potenciais.

Se nesse período o trabalho, fecundado pelo valor dos bilhetes, criar novas riquezas, a circulação fica definitivamente aumentada e enriquecida pelos valores criados, que virão substituir os valores potenciais desaparecidos.

Se, porém, durante aquele período, os valores potenciais forem entregues a trabalho improdutivo, nenhum valor novo será criado para substituir os valores potenciais, que por sua natureza vão desaparecendo na circulação. Esta ficará assim com grande massa de bilhetes inertes, servindo apenas para diluir o valor real circulante.

Teremos deste modo uma circulação grande em sua extensão e pequena em seu valor.

A emissão de papel-moeda nem sempre, pois, é um mal; ela pode, ao contrário, representar um grande agente de progresso e prosperidade das nações.

Tudo depende, como em todas as questões de crédito, da moderação, da prudência, do critério com que se faz a emissão e do emprego produtivo que dela se faz, determinando a criação de novas riquezas, que valorizem a circulação aumentada pela emissão.

Das duas espécies de emissões que se pode fazer: a de bilhetes conversíveis à vista e ao portador e a de bilhetes de curso forçado, só a primeira pode satisfazer as condições acima indicadas como essenciais para o bom êxito da operação. Nela a emissão é solicitada por uma necessidade social preexistente à operação.

A possibilidade da conversão cria uma responsabilidade no agente emissor, provocando o estudo dos negócios que o solicitam. O fato da conversão repetida com freqüência previne-o da necessidade de restringir as emissões, despertando em seu espírito a prudência e a moderação na realização dos negócios.

De sorte que, se os lucros o impelem a novas emissões, a responsabilidade ligada à conversão modera-lhe os movimentos e a operação se faz sábia e cautelosamente em benefício dos negócios bem estudados, cujos resultados serão novos valores criados. O

estudo e a seleção dos negócios são, pois, a resultante da conversibilidade dos bilhetes.

Eis por que a emissão de bilhetes conversíveis se faz de modo lento e gradual; eis por que os valores potenciais desses bilhetes são transformados em valores reais pelos trabalhos produtivos, escolhidos dentre os mais fecundos e mais urgentes; eis por que a circulação cresce constantemente não só em extensão, mas também em valor pela incorporação de novas riquezas criadas.

Na emissão de curso forçado, o interesse ligado à operação não tem freio; sem a responsabilidade ligada ao dever da conversão, o agente emissor procura inventar negócios, multiplica-os, sem se preocupar com outra coisa que não seja o lucro do momento.

Nem se diga que, dadas certas circunstâncias especiais de meio e de qualidades pessoais, o agente emissor pode agir em relação ao papel de curso forçado com a mesma prudência e a mesma sabedoria com que agiria em relação ao papel conversível.

É preciso não conhecer a natureza humana e a história das emissões em todos os países para aceitar semelhante asserção.

A emissão de curso forçado, realizada precipitadamente, alargando de modo brusco a circulação e realizando prontamente grandes lucros pela especulação que desenvolve, gera um estado especial de espírito, uma verdadeira nevrose, caracterizada pela mania das grandezas, por um otimismo exagerado, por um arrojo invencível, que suprime toda a prudência e todo o critério.

Leia-se o que espíritos, alguns deles superiores, escreveram no tempo do furor das nossas emissões; procure-se recordar atos de homens que até então eram notáveis pela sua honradez e circunspeção, e ter-se-á a verdade do que afirmamos.

Nestas condições, a emissão de curso forçado traz em sua própria natureza os elementos de sua ruína.

Os negócios inventados por ela são em geral improdutivos, e, quando os valores potenciais dos bilhetes emitidos têm desaparecido, nenhum valor novo criado os vem substituir.

Por esta forma a circulação ficará aumentada em extensão, mas o seu valor voltará ao que era antes da emissão.

Teremos assim uma circulação monetária cuja força vivificante não corresponde à amplitude de sua extensão.

As nossas emissões de curso forçado, sobretudo as de 1890 para cá, constituem exemplo notável do que acabamos de expender.

A existência do papel-moeda começou entre nós em 1809, quando o Banco do Brasil fez a sua primeira emissão, seguida em pouco tempo de outras, de sorte que em 1827 a soma emitida se elevava a pouco mais de 21.000:000\$000.

Encampada esta emissão pelo Governo, outras foram realizadas, de sorte que em 1841 a circulação total montava a mais de 40.000:000\$000.

Daí em diante a história do papel-moeda entre nós é a repetição em maior escala desta primeira fase, que acabamos de descrever.

Emissões bancárias, encampação pelo Governo, emissões pelo Estado.

Foi por esta forma que em 1889 a massa de papel-moeda de curso forçado se elevava a mais de 192.000:000\$000.

Proclamada a República, as emissões precipitaram-se de tal forma que, ano a ano, ela se elevou a 297, 513, 561, 631, 712, 678, 711, 720 e 785.000:000\$000, valor este último a que atingiu em fins de 1898.

Esses números formam a escada de decadência econômica e financeira que a República devia descer logo nos seus primeiros anos de existência.

Conquanto no regime da monarquia as emissões tivessem emprego improdutivo, o valor real da circulação, embora com oscilações mais ou menos notáveis, mantinha-se em certo nível, elevado, relativamente falando, ao que hoje observamos.

As correntes de ouro que periodicamente entravam no Brasil, já por empréstimos ao Estado, já como capitais de companhias estrangeiras, neutralizavam até certo ponto a multiplicidade das emissões e seu emprego improdutivo.

Entretanto, como bem o demonstrou o Dr. José Carlos Rodrigues em seu importante trabalho sobre o papel-moeda no Brasil, mesmo no tempo da monarquia, as emissões relativamente pequenas, neutralizadas pelas correntes de ouro do exterior, nunca deixaram de exercer influência deprimente sobre o câmbio, desvalorizando a nossa circulação.

Durante o regime republicano as grandes emissões se fizeram em tão grande escala e as correntes de ouro do exterior se reduziram de tal forma que só os cegos e os sistemáticos poderão negar a influência desastrada da superabundância do papel inconversível.

O quadro seguinte encerra verdades duras e amargas; ele representa o tronco da árvore genealógica das nossas crises econômicas e financeiras, árvore cujas radículas vêm desde o terreno da monarquia:

NOTA SOBRE A CIRCULAÇÃO DO PAPEL-MOEDA

	Em fim de	Emissão em Circulação	Valor em Ouro Réis	Depreciação do Papel-Moeda	Câmbio Média Anual	Valor em Libras Esterlinas	Valor Anual Médio da Libra Esterlina
1889,	novembro ..	192.800:000\$000	196.308:960\$000	1,82%	27 1/2	22.091.668	8\$727.272
1890,	" ..	297.800:000\$000	249.556:400\$000	16,20%	22 5/8	28.073.856	10\$607.731
1891,	" ..	513.727:000\$000	311.010:325\$800	39,46%	16 11/32	34.984.275	14\$684.512
1892,	" ..	561.000:000\$000	248.074:200\$000	55,78%	11 15/16	26.808.203	20\$926.430
1893,	" ..	631.700:000\$000	270.557:110\$000	57,17%	11 9/16	30.433.465	20\$756.756
1894,	" ..	712.000:000\$000	266.216:800\$000	62,61%	10 8/32	29.944.793	23\$777.089
1895,	" ..	678.100:000\$000	249.608:610\$000	63,19%	9 15/16	28.077.578	24\$150.943
1896,	" ..	711.641:000\$000	240.534:658\$000	66,20%	9 1/8	27.057.185	26\$301.369
1897,	" ..	720.962:158\$000	206.123:080\$972	71,41%	7 23/32	23.187.195	31\$093.117
1898,	" ..	785.911:758\$000	209.296:290\$155	78,87%	7 3/16	23.537.319	33\$391.304
	fevereiro ...	779.953:568\$000	200.448:065\$691	74,30%	6 15/16	22.545.533	34\$594.594
	março	778.802:433\$000	197.087:479\$685	74,53%	6 7/8	22.166.216	34\$909.090
	abril	764.795:391\$000	207.183:071\$422	72,91%	7 5/16	23.302.360	32\$820.512
1899,	maio	757.792:535\$000	221.048:082\$160	70,83%	7 7/8	24.865.068	30\$476.190
	junho	750.790:871\$000	221.633:465\$119	70,48%	7 31/32	24.928.603	30\$117.617
	julho	740.764:141\$000	223.784:816\$996	69,79%	8 5/32	25.174.407	29\$425.287
	agosto	735.759:000\$000	219.736:530\$300	70,43%	8 1/16	24.717.270	29\$767.411

QUADRO DA EXPORTAÇÃO

Anos	Câmbio Médio Anual	Valor da Libra Esterlina	Valor Exportado em Papel-Moeda	Valor Exportado em Ouro, Réis	Valor Exportado em Libras Esterlinas
1889,	27 8/16	8\$827.586	253.953:000\$000	258.574:944\$600	28.768.114
1890,	22 5/8	10\$607.734	291.900:000\$000	244.612:200\$000	27.517.659
1891,	16 11/32	14\$684.512	438.641:495\$250	265.553:561\$224	29.871.030
1892,	11 18/16	20\$926.430	453.980:420\$250	200.750:141\$385	21.694.117
1893,	11 9/16	20\$756.756	636.355:183\$800	272.550:925\$222	30.657.737
1894,	10 8/32	23\$777.089	631.098:650\$700	235.967:785\$497	26.542.301
1895,	9 15/16	24\$150.943	731.178:371\$700	269.146:758\$622	30.275.355
1896,	9 1/8	26\$301.369	735.701:342\$200	246.321:133\$063	27.708.092
1897,	7 23/32	31\$093.117	868.890:873\$350	248.415:843\$501	27.944.792
1898,	7 3/16	33\$391.304	814.301:311\$950	216.848:489\$373	24.386.628

Os números que neles figuram têm a eloquência que, se não deleita, convence decerto; a luz que deles brota, se não tem o poder ofuscante dos sofismas, tem a claridade serena e fixa que ilumina.

A primeira observação a fazer é que a depreciação do papel-moeda começou a tornar-se notável desde a primeira emissão republicana, e que se foi acentuando à medida que novas emissões eram realizadas, atingindo o seu máximo em março de 1899, três meses depois de haver sido iniciado o resgate.

A depreciação, que em 1890 era apenas de 16,20%, elevou-se a 74,53% em março de 1899.

Como expressão do mesmo fato econômico, nota-se ainda nesse quadro que o valor médio da libra esterlina subiu de 10\$607 a 34\$909 e que o câmbio médio desceu de 22 5/8 a 6 7/8 no mesmo período de tempo.

A primeira conclusão a tirar é que o aumento crescente do papel-moeda de curso forçado determinou um aumento crescente da depreciação do mesmo papel, do valor da libra esterlina e da depressão cambial.

A segunda observação a fazer-se é que o valor em ouro da circulação teve um aumento notável nos primeiros anos, mantendo-se em nível superior o que tinha antes das emissões, mas que esse aumento foi decrescendo a pouco e pouco até que em março de 1899 se achava ao nível que ocupara nos últimos dias da monarquia.

Daí se deduz que, a princípio, a depreciação do papel-moeda não foi rigorosamente proporcional à quantidade das emissões, isto é, que a depreciação não se fez com a mesma rapidez com que se realizaram as emissões, mas que no fim de algum tempo a depreciação se precipitou de tal forma que o aumento do valor em ouro da circulação obtida pelas primeiras emissões se foi a pouco e pouco reduzindo até chegar ao que era antes.

As nossas emissões, como todas as outras, trouxeram, pois, uma ampliação da circulação e um aumento do seu valor pela criação dos valores potenciais de seus bilhetes.

Mas, como em todas as emissões de curso forçado, os valores potenciais desapareceram sem ser substituídos por valores reais, de sorte que o resultado final foi deixar-nos para um valor circulante igual ao dos últimos dias da monarquia, isto é, 22 milhões esterlinos, uma massa circulante quatro vezes maior.

Nem se diga que a desvalorização contínua da nossa circulação possa ser explicada tão-somente pela redução do valor de nossa exportação, pois, como se vê do quadro acima, o valor da exportação em 1895 foi muito maior que em 1894, 1891 e 1890; entretanto, o valor em ouro da circulação em 1895 foi igual ao de 1890 e menor que os de 1891 e 1894; o valor da exportação em 1897 foi maior que em 1896, 1894 e 1890, entretanto, o valor em ouro da circulação nesses três anos foi maior que em 1897.

A situação, pois, criada para a República em virtude das emissões repetidas de papel-moeda de curso forçado foi a de um valor circulante igual ao dos últimos tempos da monarquia, para uma circulação quatro vezes maior, para um aparelho circulatório quatro vezes mais amplo.

E, como o valor circulante se traduz pelo valor da sua unidade, o mal traduz-se pela desvalorização da unidade circulatória mil

réis em relação à unidade tipo 'libra esterlina', isto é, pela baixa do câmbio.

Estudado o mecanismo pelo qual as emissões desvalorizaram a nossa circulação, não é difícil compreender-se como por um mecanismo semelhante desvalorizaram a nossa produção.

A pseudo-abundância de capitais por elas produzida promoveu a criação de um sem-número de indústrias e desenvolveu de modo extraordinário a atividade agrícola.

Como todo o desenvolvimento precipitado, ele se fez sem ordem, sem calma necessária ao estudo, sem estudo indispensável à previsão.

Daí o estabelecimento de indústrias artificiais e a organização agrícola para produção exagerada do café, os dois fatores da desvalorização da nossa produção.

O emprego de capitais e operários em indústrias artificiais representa um verdadeiro esbanjamento da fortuna nacional.

A renda dos produtos dessas indústrias só se faz afastando-se artificialmente do mercado produtos similares estrangeiros.

O custo de produção nessas indústrias, sendo muito alto em relação ao dos que nos vêm do exterior, eleva, por meio de taxas ultraprotecionistas nas tarifas da Alfândega, o preço dos produtos estrangeiros, criando assim um mercado falso, em que os produtos internos vencem na concorrência os produtos do exterior.

Todo consumidor é, pois, lesado, e a diferença entre o que ele paga pelos objetos nesse regime e o que pagaria em um regime livre representa um imposto que lhe é arrancado para manutenção daquelas indústrias.

E, como o plantador de café e o produtor de borracha, de mate, de algodão, ipecacuanha e outros gêneros, que constituem nossa riqueza de exportação, são também consumidores, não é difícil ver-se que no custo de produção de todos esses gêneros entra como elemento de depreciação esse imposto em favor das indústrias artificiais.

Os nossos produtos exportados levam, pois, consigo a taxa parasitária que faz diminuir de modo notável a riqueza nacional.

Nem se alegue que algumas dessas indústrias estão nacionalizadas, por ser toda a matéria-prima por elas empregada extraída do País, pois que uma indústria nacional pode não ser natural.

O que caracteriza uma indústria natural não é o fato de ter sua matéria-prima importada ou não, mas o de ter capacidade de produzir o máximo resultado possível em relação ao capital empregado com o mais baixo preço em um regime de livre concorrência.

Uma indústria em que a mão-de-obra representa o papel principal no custo de produção deve ser considerada atualmente artificial no Brasil, mesmo quando toda a matéria-prima exista entre nós. A indústria de artefatos de borracha estaria evidentemente neste caso.

Nem se diga ainda, Sr. Presidente, que essas indústrias, contribuindo para a diminuição de nossa importação nos trazem o benefício do equilíbrio da balança comercial.

O ideal econômico de um país não deve ser — importar pouco, mas importar e exportar muito.

Os capitais empregados nas indústrias artificiais que contribuem para redução da nossa importação, se fossem empregados em indústrias naturais, deveriam produzir na exportação renda suficiente para cobrir essa diferença na importação e ir ainda além, colocando a balança comercial em melhores condições.

Assim, Sr. Presidente, a produção das indústrias artificiais não representa um resultado econômico; os seus lucros exprimem apenas impostos sobre as outras produções; os capitais nelas empregados não são fatores, mas antes agentes parasitários da riqueza pública.

Eis como as emissões, criando indústrias artificiais, contribuíram para a diminuição da riqueza nacional.

Por um mecanismo de alguma forma semelhante elas produziram o mesmo resultado com a excitação desordenada na cultura do café.

Uma indústria natural em um país pode, desenvolvendo-se além de certo ponto, tornar-se em parte artificial, quando a produção excessiva em relação ao consumo determinar redução exagerada nos preços da mercadoria.

É o que se dá atualmente com a indústria agrícola do café no Brasil.

Em nenhum outro país se pode produzir esse gênero em condições tão econômicas como entre nós; entretanto, o resultado dessa indústria, quer considerado debaixo do ponto de vista particular, quer encarado sob o ponto de vista nacional, chegou a diminuir de forma tal que quase deixa de remunerar o trabalho de sua produção.

A lavoura do café deve ser considerada em relação ao consumo atual como composta de duas partes, uma constituída pela cultura em terrenos e climas superiores, por agricultores inteligentes e em boas condições econômicas, outra representada pela cultura em terrenos e climas inferiores, por agricultores rotineiros e em más condições econômicas.

A produção da segunda parte contribui para a desvalorização da primeira, aumentando a produção geral; ela atua, pois, em relação àquela como agente parasitário, debaixo do ponto de vista nacional.

Os capitais e atividades empregados nesta segunda parte não são somente elementos estéreis, são fatores prejudiciais à riqueza pública no momento atual, são agentes de destruição e não de produção de valores. A situação, pois, criada na agricultura pelas grandes emissões de papel-moeda foi um movimento brusco e desordenado, dando em resultado uma produção de café excessiva em relação ao consumo atual.

Como vedes, Sr. Presidente, os efeitos das emissões exageradas sobre a circulação monetária e sobre a produção nacional são muito semelhantes em suas manifestações: discordância entre o valor real da circulação e a sua extensão; discordância entre a produção do café e o seu consumo, acarretando como consequência fatal baixa do preço da nossa moeda, baixa do preço do café.

A superabundância de um gênero no mercado cria um elemento novo, que pode, tomando grande desenvolvimento, exercer uma influência notável e pernicioso sobre a situação econômica como está acontecendo atualmente entre nós.

Quando a produção de um gênero corresponde ao seu consumo, dá-se a absorção desse gênero, a circulação do produto faz-se com regularidade e o preço que se estabelece é o preço normal.

Quando a produção excede de pouco o consumo, a absorção do gênero não pode ser logo completa; forma-se uma pequena estagnação, uma pequena estase na circulação, produzindo-se um estoque; mas o excesso de oferta determina baixa no preço do objeto, e esta baixa provoca aumento de consumo, regularizando-se desta forma a circulação.

Neste caso o preço, apesar de um pouco mais baixo, é ainda um preço normal, visto que ele resulta da oferta e procura, exercendo-se naturalmente.

Quando, porém, a produção é excessivamente grande em relação ao consumo, dá-se então uma grande estase na circulação, formando um grande estoque.

O aumento de consumo produzido pelo abaixamento do preço já não é suficiente para regularizar a circulação.

O estoque tende, pois, a crescer constantemente, perturbando cada vez mais a circulação e organizando um aparelho por meio do qual o especulador forma mercado artificial, fixando arbitrariamente o preço da mercadoria.

O grande estoque de café é bem conhecido; o grande estoque de papel-moeda é representado pelos depósitos bancários, que não se destinam a operações comerciais e industriais.

O preço do objeto, sendo o resultado da luta entre o comprador e o vendedor, tanto mais forte o primeiro, tanto mais fraco o segundo, tanto mais baixo o preço.

O grande estoque é a arma poderosa do comprador contra o vendedor.

Por meio dela o comprador suprime a procura, não tendo necessidade de comprar por algum tempo e impõe o preço que lhe

convém; e, se, de outro lado, o vendedor tem necessidade urgente de vender, a luta é impossível e ele terá de aceitar o preço imposto pelo comprador.

O preço então do gênero não é o resultado normal da oferta e procura, mas a consequência da imposição do especulador.

O abaixamento do preço não é mais nessas condições proporcional à diferença entre a produção e o consumo, e não tem outro limite senão a ruína do vendedor, limite nunca atingido, porque ele traria a supressão do negócio e, por conseguinte, das vantagens para o comprador.

É esta a situação do mercado de café e do mercado de câmbio ou de papel-moeda, entre nós.

Armado do grande estoque de café, o exportador não precisa comprar por algum tempo e impõe o preço ao produtor, que aceita a imposição, não tendo elementos de resistência, pela necessidade em que está de vender, sem demora, o seu produto.

Armado do estoque de papel-moeda, o negociante de câmbio não precisa comprar papel para pagamento da produção nacional, durante algum tempo, e pode por isso impor o preço ao vendedor do papel, isto é, ao importador, que aceita a imposição por não ter elementos de resistência, visto que precisa vender o seu papel a troco de ouro, para pagamento urgente nos mercados estrangeiros.

O preço do café e do papel-moeda desceu, pois, entre nós, atualmente, abaixo do que se deveria esperar dos efeitos da superabundância do café e do papel.

Esses preços representam, pois, além dos efeitos naturais da superabundância dos gêneros, a ação, às vezes intensa e sempre funesta, da especulação.

É por esta forma que as emissões exageradas, criando a superabundância do papel-moeda e do café, lançaram as bases para o desenvolvimento da especulação, fator importante na agravação dos nossos males.

Nas considerações que vos acabo de apresentar fiz abstração de outras causas produtoras das nossas dificuldades econômicas e

financeiras, isolando, para assim dizer, a ação do papel-moeda, para que seus efeitos pudessem ser estudados de modo mais perfeito e mais completo.

Não devemos, porém, esquecer que outras causas têm atuado, conjuntamente com as emissões, na produção dos tristes resultados que oprimem a República.

Os déficits orçamentários, que vêm desde o tempo da monarquia, tomaram incremento notável no regime atual.

A execução de serviços criados em leis especiais e sem crédito no orçamento, a prática abusiva, em quase todas as nossas repartições, de excederem as verbas autorizadas por leis, os cálculos otimistas no orçamento da receita, os abusos que se introduziram nas repartições arrecadadoras, foram outras tantas causas produtoras dos déficits orçamentários. Esses déficits saldaram-se ou por emissões de papel-moeda, produzindo todos os males que há pouco estudamos, ou por empréstimos internos e externos.

No primeiro destes dois últimos casos, retiraram da circulação capitais que deviam contribuir para o nosso desenvolvimento econômico, fecundando a agricultura, a indústria e o comércio, para imobilizá-los sob a forma de apólices da dívida pública, cujos juros sobrecarregam com maiores ônus o orçamento da República.

No segundo caso, aumentada a dívida externa, ampliou-se nosso serviço em ouro, que se tornou ultimamente onerosíssimo com a depressão da taxa cambial.

As concessões feitas pelo Governo têm sido outra fonte de esbanjamento dos dinheiros públicos e de ruína para o país.

Um grande número de estradas de ferro com garantia de juros são outros tantos parasitas que nos sugam e nos hão de sugar a seiva durante muitos anos ainda.

Nem se pense que elas contribuirão para o desenvolvimento comercial e industrial do país, pois a falta de renda bruta nessas estradas é a consequência da falta de mercadorias e passageiros a transportar, o que por sua vez é a demonstração de que elas pouco têm contribuído para o progresso econômico do país.

Outras concessões, que não chegaram a ser realizadas, arrastaram-se por algum tempo, até que o Governo, por atos precipitados, lhes deu vida, pela declaração extemporânea de caducidade.

As indenizações que daí se originaram e que foram determinadas pelo Poder Judiciário pesam sobre o Tesouro de modo a arruinar em um dia economias acumuladas em muitos meses.

Os capitais, quase todos obtidos por empréstimos externos, empregados na construção de estradas de ferro do Estado, se contribuíram de alguma forma para algum desenvolvimento material das zonas que atravessam, ficaram até agora sem remuneração direta pela má administração por parte do Governo.

O arrendamento dessas estradas conseguiu não só suprimir os déficits, mas até dar uma certa retribuição aos capitais nelas empregados; essa retribuição, porém, nunca será proporcional ao capital empregado, pois que em quase todas elas houve grandes esbanjamentos nas construções.

Juntem-se a isto as despesas militares com as guerras civis, o abuso das aposentadorias, o sistema de montepios e caixas econômicas, em que as quotas e os depósitos são consumidos como rendas da União, aumentando dia a dia os nossos compromissos, ter-se-ão as causas principais da situação que nos fez descer até à triste necessidade do acordo financeiro de 15 de junho do ano passado.

Muitas dessas causas vêm atuando desde o tempo da monarquia; não é, pois, de admirar que o elemento constituinte desse acordo tenha aparecido desde aquele tempo.

Com efeito, o que constitui a essência do acordo é o pagamento de uma dívida com os recursos de outra dívida contraída para esse fim.

Não é mistério para ninguém que antes de 1889 uma parte mais ou menos importante de diversos empréstimos externos foi destinada ao serviço dos juros vencidos de dívidas já existentes.

Este fato foi se acentuando cada vez mais, de sorte que os últimos empréstimos externos no regime republicano foram quase completamente absorvidos no pagamento de juros de dívida no exterior.

A única diferença entre esse fato e o que se dá no acordo de 15 de junho é que neste o empréstimo, para pagamento dos juros da dívida externa e garantia de estradas de ferro durante três anos, foi feito pelos mesmos credores a quem era devido o pagamento desses juros, ao passo que em outras épocas os novos empréstimos foram tomados por pessoas diversas.

O fato financeiro essencial nesta questão é o pagamento de uma dívida com os recursos obtidos por um novo empréstimo. Esse fato essencial existe entre nós, há muitos anos; o fato accidental é ser o empréstimo feito pelos mesmos credores dos juros vencidos: isso é o que se deu de especial no acordo de 15 de junho.

É por isso, Sr. Presidente, que ninguém poderá negar que o embrião desse acordo vem dos tempos do antigo regime e que a República, longe de destruí-lo em seus elementos essenciais, o alimentou e desenvolveu, determinando a explosão da catástrofe financeira de que aquele acordo é a expressão.

De todos os males que acabamos de apontar como causadores da nossa crise financeira e econômica, uns são como que males externos, locais, sem raízes profundas no organismo social, que podem por isso ser extraídas bruscamente, sem que daí possa resultar grandes inconvenientes.

Déficits orçamentários, novas emissões de papel-moeda, concessões onerosas para o Tesouro, indenizações provocadas por atos precipitados do Governo, encargos onerosos e crescentes do atual sistema de aposentadoria, montepio e caixas econômicas; — são males que por sua natureza podem ser extirpados rapidamente sem prejuízo algum para a vida nacional.

Outros, porém, penetraram fundo na sociedade, constituindo vícios internos, males diatésicos, que não podem ser combatidos senão por meios brandos, cuja ação lenta não traga perturbações piores que o próprio mal que se procura combater.

Tais são aqueles que se ligam às emissões de papel de curso forçado.

Pela influência extraordinária e profunda que ela exerce, quer direta, quer indiretamente sobre a vida da sociedade, a circulação

monetária imprime um cunho especial na organização econômica das nações.

É por isso que a estrutura econômica de um país se forma sempre sob a influência daquela circulação, e que todos os defeitos e todos os vícios desta se refletem naquela, como em um espelho.

Daí vem que os males criados por uma circulação viciada são males que residem na estrutura íntima da sociedade e não podem por isso ser removidos bruscamente sem perturbações graves para a vida social.

Neste caso estão a desvalorização do café e a desvalorização do papel-moeda.

A diminuição do valor da nossa exportação não depende, como vimos, de uma redução na massa dos produtos, mas da depressão do preço do mais importante desses produtos — o café.

Não é, pois, uma crise devida à ação de agentes naturais, contrariando e destruindo o trabalho humano: seca, inundações, geadas e outras causas semelhantes.

É antes uma crise devida à má aplicação dos capitais e do trabalho, produzindo gêneros em excesso no mercado atual.

A idéia de que a baixa do preço do café depende de uma superabundância desse gênero, repelida a princípio até como antipatriótica, é hoje aceita mesmo por aqueles que, sofrendo mais diretamente os efeitos da crise, vêem os fatos através os seus interesses imediatos e as suas paixões.

Reconhecida como elemento essencial da crise econômica a falta de proporção entre a produção e o consumo do café, a solução do problema apresenta-se debaixo de dois pontos de vista diversos: aumento de consumo, diminuição de produção.

A primeira seria a solução completa, a desejada por todos, a que concilia todos os interesses nacionais com todos os interesses individuais, a que traria a felicidade geral sem o sacrifício de ninguém.

Infelizmente esta solução é lenta demais para um problema tão urgente e ninguém teria o poder de prolongar o estado atual

de equilíbrio instável da lavoura do café à espera do aumento de consumo.

E mesmo, dada a possibilidade desse fato, nenhuma vantagem haveria na continuação por muito tempo de uma situação, que acarreta grandes males para o país e principalmente para os próprios lavradores do café.

É uma solução, entretanto, que deverá completar uma outra, atenuando-lhe os rigores.

Dois são os agentes capazes de desenvolver o consumo do café: a divulgação das qualidades desse produto nos povos onde ele é pouco conhecido e a redução das fortes taxas de entrada em alguns países, taxas que neutralizam o efeito que o baixo preço no mercado produtor poderia exercer sobre o alargamento do consumo naqueles países.

Não preciso dizer-vos, Sr. Presidente, que a primeira operação só pode ser executada com vantagens reais pelo trabalho particular dos próprios interessados, e que a ação do Governo neste ponto só poderia produzir desastres para o Tesouro, sem resultado algum para o fim que se deseja obter.

A segunda operação, porém, está em condições diametralmente opostas; a ação particular nada conseguirá neste terreno onde tudo depende da ação governamental.

Uma comissão da Câmara dos Deputados estuda neste momento o sistema de tarifas com taxas máximas e mínimas, único recurso que nos resta na solução daquela questão.

É de esperar que o Congresso aceite a idéia fundamental desse trabalho e o Governo com prudência, mas com firmeza, resolução e tencacidade, há de procurar obter a facilidade de circulação no exterior para o nosso importante produto.

E agora, Sr. Presidente, que sentimos os efeitos penosos de dificuldade de circulação do café em certos países e que nos esforçamos para remover essas dificuldades, é bom, é justo até que meditemos sobre os embaraços que por nossa vez também criamos na entrada das nossas alfândegas aos produtos estrangeiros com as nossas taxas protecionistas.

É bom, é sábio, mesmo, que no momento em que sofremos as conseqüências dos embaraços de circulação do nosso produto, aproveitemos a lição da experiência, para não enveredarmos ainda mais por essa estrada tortuosa do protecionismo, que, perturbando a circulação dos produtos dos diversos povos, cria sempre situações, às vezes até de ordem política, que acabam por neutralizar todas as vantagens que pareciam produzidas por aquele sistema.

Se não podemos contar com o aumento do consumo senão como solução auxiliar e complementar em virtude da lentidão ligada a essa medida, só nos resta como solução definitiva: a diminuição da produção.

Há quem pense, Sr. Presidente, que bastaria destruir os maus efeitos do excesso de produção para termos a solução da crise.

Para esse fim, o Governo receberia, a título de imposto, uma certa quantidade de café de cada produtor e o total arrecadado seria destruído, diminuindo-se assim a quantidade a exportar.

Semelhante idéia é absolutamente inaceitável diante dos fatos e dos princípios econômicos.

Em primeiro lugar, este processo empregado todos anos daria não a solução, mas o adiamento da crise.

Depois, a massa recebida pelo Governo, mesmo no caso de ser constituída por produtos de igual qualidade, seria, entretanto, uma massa heterogênea quanto ao valor de baixo do ponto de vista nacional.

Um certo peso de café fornecido por um lavrador, cultivando terras pobres, não representa o mesmo valor líquido, que o mesmo peso produzido em terras férteis.

O valor líquido depende de uma grande quantidade de elementos, fertilidade de terras, conveniência de climas, fretes, competência do agricultor, salários, condições do capital com que cada lavrador trabalha e uma série de outras circunstâncias variáveis.

De sorte que na massa total da quantidade fornecida por cada contribuinte teria um valor líquido diferente do de todos os outros.

Dar-se-ia, pois, o fato de destruição de gênero que representa valor líquido grande, deixando no mercado gênero que representa

valor líquido inferior, o que seria uma redução da riqueza nacional e uma agressão de ordem econômica ao país.

Ainda mais, à custa da destruição de gêneros produzidos por homens inteligentes, em terras férteis, em climas adequados, em condições econômicas favoráveis, iríamos beneficiar os incompetentes, cultivando terras inferiores, em climas impróprios, os que, devido à imprudência ou incapacidade, se colocaram em más condições econômicas.

Seria como se para resolver uma crise comercial produzida por um excesso de negociantes em relação à quantidade possível de negócios, o Governo decretasse que cada um deveria reduzir as suas transações para que os negócios e os lucros pudessem beneficiar a todos.

Seria a proteção aos inferiores à custa dos superiores, seria o socialismo aplicado à solução de um problema econômico.

Seria uma medida útil a alguns lavradores, mas profundamente prejudicial à lavoura, que entraria em degenerescência, como toda organização em que se nega aos seres superiores as vantagens inerentes à sua superioridade.

Seria um belo ato de generosidade em relação a alguns, mas de certo seria um atentado contra a justiça e um grande erro econômico.

Outros, Sr. Presidente, pensam que os maus efeitos do excesso de produção poderiam ser neutralizados se o Governo chamasse a si o comércio do café, para, regularizando a venda, evitar o excesso da oferta.

Esses não refletem que, mesmo que o Governo tivesse capacidade para exercer funções comerciais, ele não poderia regularizar a venda do café senão à custa de grandes despesas com a manutenção de um estoque, que aumenta todos os anos, de sorte que essas despesas absorveriam os lucros provenientes da valorização do produto.

E, como essas despesas seriam realizadas com recursos provenientes de impostos fornecidos por todo o país e principalmente pelas classes produtoras, não é difícil ver-se que a obra do Governo

não poderia ser mais estéril, dando com uma das mãos o que tira com a outra.

Alguns apresentam ainda como idéia salvadora a de largos empréstimos aos agricultores; e, esquecendo-se da experiência do passado, sustentam que quantias não avultadas aplicadas àquele fim resolveriam todas as dificuldades.

Não refletem os defensores dessa medida que, mesmo na hipótese de poder o Governo dispor dos recursos necessários para aquele fim, os largos empréstimos, na situação atual, se traduziriam em benefício talvez para alguns lavradores, mas com certeza em grandes desastres para o Tesouro, para a agricultura e para o país.

Não havendo falta de produção, devido à falta de capitais, e sendo a crise oriunda de uma organização viciosa da lavoura, os empréstimos só serviriam para alimentar, desenvolver e ampliar aquela organização viciosa, prolongando por mais tempo a crise que se procura combater.

Todos estes alvitres que acabamos de analisar são impotentes para debelar o mal, pois todos eles, deixando intacta a causa, procuram destruir artificialmente os efeitos.

O mal está na superabundância em relação ao consumo, o remédio só pode estar na redução da produção do café.

Esta operação extremamente complexa e complicada nunca poderia ser realizada pelo Governo, ela será o resultado da luta, da concorrência entre os diversos lavradores, produzindo por meio de liquidações a seleção natural, manifestada pelo desaparecimento dos inferiores e pela permanência dos superiores.

A cultura ficará então concentrada nas zonas e nos climas mais adequados e nas mãos dos lavradores mais hábeis e de maiores recursos.

O resultado dessa concentração será uma redução na quantidade do produto, que ficará adaptada ao consumo, e valorizada.

As terras abandonadas pela cultura do café, os capitais e atividades nelas empregados serão aproveitados em outras culturas.

E assim a riqueza nacional se desenvolverá, não só pela valorização do café, como ainda pela produção das novas culturas.

É este um trabalho que já está em atividade, trabalho que não precisa outro diretor senão o interesse individual, trabalho realizado por milhares de indivíduos, agindo de acordo com suas conveniências pessoais, sem coação alguma governamental, e obedecendo apenas às leis econômicas naturais, contra as quais ninguém pode nem deve insurgir-se.

Se a valorização do café, que tanto influi na crise econômica, é, como acabamos de ver, uma operação complexa, a valorização do papel-moeda, que influi, não só naquela como também na financeira, não é menos complexa, como é fácil observar.

O hábito de ver o papel circular como moeda empresta-lhe um valor tão real para muitos, que temos visto entre nós homens eminentes por diversos títulos lamentar a destruição da fortuna pública ao receberem a notícia da incineração do papel de curso forçado.

Para esses o papel-moeda nunca pode ser demais, e a maior ou menor quantidade não influi sobre o valor da circulação ou sobre o câmbio.

Poderíamos assim, se semelhante opinião extravagante fosse verdadeira, emitir à vontade mais papel-moeda, que, continuando com o mesmo valor que tem atualmente, nos forneceria os meios necessários para satisfazer todos os nossos compromissos.

A solução das nossas crises estaria, pois, na máquina de impressão, cujos bilhetes poderiam ser trocados sempre com o mesmo valor pela riqueza e produtos dos outros países.

É neste assunto a suprema fantasia.

Outros, diante das conclusões ridículas desse modo de encarar esta questão, procuram aproximar-se mais da verdade, sustentando que há um limite além do qual não convém emitir; esse limite é fixado arbitrariamente por alguns, outros, porém, aceitam a extensão da população e das transações como seu regulador.

Têm-se feito mesmo tabelas muito curiosas em que se compara nos diversos povos a quota de moeda por cada habitante, com o fim de demonstrar que o papel-moeda não é atualmente excessivo entre nós.

Esquecem-se, porém, de que essa comparação não tem sentido sequer, sendo feita entre povos que têm circulação metálica e os que se servem de papel de curso forçado.

O papel-moeda é um título de crédito e, como tal, o seu valor depende da riqueza e da honestidade de quem o emite.

O número de habitantes de um país não tem relação direta, nem com a sua riqueza, nem com a sua honestidade, e não pode, por isso, determinar a capacidade emissora em relação do papel-moeda.

O número de transações está no mesmo caso, porque o crédito não cresce com o número das transações; ao contrário, estas é que têm de subordinar-se ao crédito.

É por isso que dizer-se que um país multiplicando as suas transações aumentará sua capacidade para emitir papel-moeda, é dizer que um indivíduo que aumenta suas transações aumenta o seu crédito e sua capacidade de descontar letras nos bancos.

A experiência já demonstrou entre nós a verdade do que acabamos de dizer.

Para justificar a necessidade das grandes emissões invocou-se o desenvolvimento extraordinário que tinham tido as nossas transações, já pela libertação dos escravos, já pela entrada dos imigrantes.

O resultado não se fez esperar; no fim de algum tempo o papel começou a sofrer a depreciação, e essa foi tão longe que hoje o valor circulante, que alimenta as transações que exigiram as grandes emissões, é quase igual ao dos últimos tempos da monarquia.

Tivemos o poder de imprimir bilhetes multiplicando-os de acordo com o crescimento das nossas transações, mas não podemos nem podíamos ter a faculdade de dar-lhes valor proporcional a essas transações, e só conseguimos obter a diluição do valor primitivo, mal que só corrigiremos seguindo a política inversa, subordinando o número das nossas transações ao nosso valor circulante e a nossa capacidade emissora regulada pela fortuna e crédito públicos.

Outros ainda da mesma escola sustentam que a quantidade de papel-moeda em nada influi na sua depreciação, e que só a balança comercial é a reguladora do câmbio.

Antes de tudo convém observar que temos tido câmbio alto com balança comercial desfavorável, mesmo com balança econômica desfavorável; e depois, se a quantidade de papel não influísse sobre a taxa cambial, poder-se-ia emitir o suficiente para em falta de cambiais comprar ouro e equilibrar a balança comercial, de sorte que por meio de novas emissões poderíamos elevar o câmbio anulando os maus efeitos da balança desequilibrada; conclusão tão extravagante que ela constitui uma demonstração por absurdo da falsidade do princípio que analisamos.

Esta questão de balança comercial tem sido encarada entre nós debaixo de ponto de vista falso.

Uma balança desfavorável nem sempre é sinal de decadência econômica em país em que ela se manifesta.

Um excesso de importação representa muitas vezes, não objeto de consumo, mas agentes de produção, que no fim de algum tempo pode dar resultado capaz de cobrir a diferença manifestada na balança comercial no momento da importação e apresentar ainda um saldo.

É por isso que se deve considerar próspero o país que, tendo todos os anos balança comercial desfavorável, apresenta, entretanto, aumento constante em sua produção anual, o que quer dizer que contrai todos os anos novos compromissos, mas que esses compromissos são empregados no aumento de sua produção e de sua riqueza.

É o que se nota em todos os países novos em estado de progresso econômico.

Ainda mais, o equilíbrio da balança comercial exprime apenas a relação entre a exportação e a importação, de sorte que dois países podem ter a balança comercial equilibrada, tendo um deles importação e exportação muito pequenas e o outro os mesmos elementos muito grandes.

Evidentemente, o segundo desses países é muito mais rico e sua potência emissora de papel-moeda não pode deixar de ser muito

maior, de forma que, se ambos tiverem a mesma quantidade de papel-moeda em circulação, o papel do segundo terá, sem dúvida, maior valor, isto é: o câmbio estará nele em melhor situação, apesar da igualdade das condições da balança comercial.

Procuramos, pois, Sr. Presidente, em outros elementos as causas da desvalorização da nossa moeda e da depressão da taxa cambial.

Em país empobrecido como o nosso, com o crédito quase extinto, quer no exterior, quer no interior, a potência emissora não pode ter outra base, outra garantia, a não ser a riqueza por nós produzida e exportada, riqueza destruída pelo consumo, mas renovada todos os anos.

Calculou-se o ano passado o valor da nossa exportação em 24,5 milhões esterlinos; se admitirmos que ele não decresce este ano, podemos dizer que a nossa potência emissora é de 217.000:000\$000 ao par, correspondente aos 24,5 milhões esterlinos.

Para que os 735.000:000\$000, que constituem nossa circulação em papel, possam representar os 217.000:000\$000 ouro, ou os 24,5 milhões esterlinos, é necessário que o valor de mil réis seja mais ou menos 8 *pence*, número que exprime a nossa taxa cambial, na hipótese de que o valor da exportação não desça de 24,5 milhões esterlinos.

Se estudarmos as condições do mercado, chegaremos a resultados semelhantes, como é fácil verificar.

Se o importador precisa de ouro para pagamentos no exterior, o exportador precisa de papel para pagamentos aos produtores do Brasil.

Se o papel procura comprar o ouro, este por sua vez procura comprar o papel.

Aos 24,5 milhões esterlinos oferecidos pelos exportadores ou seus intermediários, apresentam-se os 735.000:000\$000, valor da nossa circulação em papel-moeda.

Ora, o preço do ouro e do papel, como o de todos os objetos, é regulado pela lei da oferta e procura, é uma relação entre estes dois termos, relação que, reduzida a sua forma mais simples, exprime-se por um quociente.

Nestas condições, o preço do nosso papel-moeda deve ser representado pelo quociente de 24,5 milhões esterlinos divididos por

$$\begin{array}{r} \text{£ } 24.500.000 \\ 735.000:000\$000, \text{ isto é, } \frac{\quad}{735.000:000\$} = \frac{5.880.000.000}{735.000:000\$} = 8 \text{ pence.} \end{array}$$

Se o valor da nossa exportação se mantiver igual ao do ano passado, a taxa de 8 será, pois, o eixo das pequenas oscilações cambiais na bolsa, oscilações que se farão com limitada amplitude ou para alta, como em julho, ou para a baixa, como no momento atual.

Só um aumento do valor da exportação ou uma nova redução do papel poderá alterar esse eixo do movimento cambial, salvo possíveis migrações de ouro.

Como vedes, Sr. Presidente, o problema da valorização do nosso meio circulante oferece, como o da valorização do café, duas soluções: o aumento do valor da exportação e a redução da quantidade do papel-moeda, pois que tanto se pode elevar o quociente aumentando o dividendo, como diminuindo o divisor.

A primeira solução pelo aumento do valor da exportação, a que mais conviria aos interesses do país, porque traria a valorização da circulação sem diminuir-lhe a extensão, é extremamente lenta para um problema tão urgente, mas pode e deve servir de auxiliar e complementar a solução pela redução do papel por meio do resgate.

O resgate, como execução de nosso programa, foi iniciado em princípio deste ano e a quantia retirada da circulação e incinerada, já em virtude do acordo de 15 de junho, já em virtude do Decreto nº 2.412, de 28 de dezembro de 1896, até à presente data, excede a 50.000:000\$000.

O efeito dessa medida revela-se, com bastante clareza, no quadro sobre a circulação do papel-moeda que figura no princípio desta minha exposição.

Por ele se vê que, assim como a emissão não desvaloriza imediatamente a circulação, o resgate, por sua vez, não tem efeito instantâneo sobre a valorização.

Do mesmo modo, porém, que algum tempo depois da emissão o efeito deprimente sobre o valor do papel se manifesta, assim também no fim de algum tempo o efeito do resgate se torna evidente.

Assim, em fevereiro e março deste ano, apesar da ação do resgate, o câmbio manteve-se baixo e o valor da circulação continuou em 22 milhões esterlinos ou 197.000:000\$000, ouro, valor dos últimos tempos da monarquia.

Em abril, porém, o efeito do resgate começou a manifestar-se de modo visível, passando a média cambial de 6 7/8 a 7 5/16 — 7 7/8 — 7 31/32 — 8 5/32 — 8 1/16, subindo o valor da circulação até quase 25 milhões esterlinos ou 222.000:000\$000, ouro, havendo, pois, um acréscimo de cerca de 25.000:000\$000, ouro.

Pouco antes do acordo de 15 de junho o câmbio estava a 5 5/8; houve, pois, uma alta de mais de dois *pence*. Tem-se asseverado que esse efeito não deve ser atribuído ao resgate, alegando-se que, logo depois daquele acordo, a taxa cambial se elevou ainda mais, quando o resgate nem sequer havia sido iniciado.

Estudemos a questão debaixo deste ponto de vista.

Três foram as causas que logo depois do acordo financeiro determinaram a alta do câmbio:

A primeira — a crença em uma grande diferença da situação no mercado de câmbio como comprador;

A segunda — a especulação para a alta que sempre se manifesta depois de operações como aquela;

A terceira — a intervenção extracomercial no mercado de câmbio, aumentando artificialmente a oferta.

A primeira causa desapareceu, entrando hoje o Governo no mercado como comprador de dois milhões esterlinos, situação igual à que tinha no último ano que precedeu ao acordo, isto é, de junho de 1897 a junho de 1898, pois que, em virtude dos recursos fornecidos pela venda de “debêntures” da Leopoldina, de títulos da Oeste de Minas, dos cruzadores Amazonas e Almirante Abreu, da quota inicial do arrendamento da Estrada de Ferro de Porto Alegre a Uruguaiana, e do empréstimo de dois milhões no exterior, a compra de cambiais por conta do Governo não atingiu nesse ano a dois milhões esterlinos.

A segunda causa cessou de todo e ninguém contesta que o movimento especulador na bolsa é francamente de baixa.

A terceira, finalmente, desapareceu por sua vez, pois que é fato conhecido de todos que nenhuma influência extracomercial se faz sentir atualmente no mercado de câmbio e que o Governo atual nunca interveio para produzir artificialmente a alta.

Cessadas, pois, as causas que determinaram a elevação da taxa cambial, logo após o acordo financeiro, o mercado teria re-assumido a sua situação anterior àquele acordo, o câmbio teria voltado à taxa de 5 5/8, se as medidas postas em prática pelos poderes públicos não tivessem produzido efeitos benéficos positivos.

Dentre essas medidas destaca-se, como a mais importante, o resgate de ma's de 50.000:000\$000.

Tem-se procurado negar a ação do resgate, alegando que, depois de haver ultrapassado a taxa de 8, o câmbio desceu de novo, apesar de se ter continuado a incineração do papel.

As exclamações de triunfo dos adversários do resgate diante deste fato são apenas gritos de ignorância em assunto tão simples e tão claro.

Se refletissem um momento que a taxa cambial nas nossas condições atuais é o quociente de uma divisão em que o dividendo é o valor da exportação e o divisor a quantidade de papel em circulação, veriam sem grande esforço que a influência da diminuição do papel sobre o câmbio pode ser neutralizada pela diminuição do valor da exportação, sem que se possa negar aquela influência, pois ninguém ignora que um quociente pode diminuir, apesar da diminuição do divisor, se ao mesmo tempo se faz uma diminuição no dividendo; ninguém contestando, entretanto, a influência que a diminuição do divisor exerce sobre o aumento do quociente.

É esta, Sr. Presidente, a nossa posição nesta questão: a descida contínua do preço do café vai reduzindo o valor da nossa exportação e a taxa cambial de 8, que calculamos para um valor de exportação de 24,5 milhões esterlinos e uma circulação de 735.000:000\$000, pode descer como está acontecendo e desceria ainda muito mais se não tivéssemos, por meio do resgate, atenuado os efeitos da diminuição do dividendo — valor da exportação, pela diminuição do divisor — quantidade de papel-moeda.

Se atendermos a que a especulação pode auxiliar e ampliar os efeitos da baixa que acabamos de apontar, ninguém poderá negar que os fatos estão de perfeito acordo com a doutrina que temos sustentado.

O efeito da redução da massa de papel sobre a elevação da taxa cambial e conseqüente valorização da nossa circulação monetária, é, pois, um fato incontestável.

Esse efeito, pequeno a princípio, em virtude da exigüidade da quantia retirada da circulação, ir-se-á acentuando com o aumento do resgate e estou convencido de que com o mesmo valor de 24,5 milhões esterlinos para nossa exportação e independentemente de qualquer entrada de ouro do exterior, não havendo causas deprimidas de ordem política, o câmbio subirá a 9, 10, 12 e 15, quando tivermos reduzido a circulação a 650, 580, 490 e 390.000:000\$000.

Pensando assim, eu desejo partilhar das responsabilidades ligadas ao resgate com os que realizaram o acordo de 15 de junho e o Congresso que escolheu entre os dois alvitre's propostos naquele acordo o da destruição do papel-moeda.

Já destes, Sr. Presidente, uma manifestação clara do vosso pensamento neste assunto, quando pedistes e conseguistes do Congresso a criação dos fundos de resgate e garantia do papel-moeda com o fim de alargar e ampliar os resultados obtidos por aquele acordo em relação à valorização do nosso meio circulante.

O entusiasmo que tenho pelo resgate do papel-moeda não me cega, porém, a ponto de não ver os perigos que ele pode trazer, se não for executado com grande prudência e extraordinário critério.

O perigo está em que a redução do papel traz como conseqüência uma redução na amplitude da circulação, na extensão do aparelho circulatório, que se manifesta por grande diminuição de negócios.

Daí uma modificação profunda na estrutura da sociedade, considerada debaixo do ponto de vista industrial, comercial e até governamental.

Depois de muitos anos de grande circulação de papel de curso forçado, todas as relações sociais de ordem econômica, todos os

contratos, todos os negócios se adaptam a esta situação especial, a que tudo se subordina, os preços dos objetos, os salários e as rendas.

Nestas condições um resgate brusco, trazendo como conseqüência uma valorização rápida do meio circulante, traria grandes prejuízos a certas classes sociais e especialmente aos produtores nacionais, que teriam um preço para a produção e outro para a venda dos produtos.

Se todos os elementos econômicos tivessem a mesma rapidez em seus movimentos, a valorização brusca da moeda não traria grandes inconvenientes; isto, porém, não se dá com os preços dos objetos e com os salários, que têm sempre seus movimentos extremamente lentos e nunca poderiam acompanhar os movimentos relativamente rápidos da valorização do meio circulante.

Rompe-se por esta forma a relação entre os lucros do produtor e o custo da produção, sacrificando assim os mais sagrados interesses da Nação.

De outro lado, como o resgate reduz a circulação em sua extensão e amplitude, ele promove a supressão por meio de liquidações de um certo número de transações e de negócios em benefício das transações e negócios que continuam a subsistir.

De sorte que, se o resgate se faz bruscamente, as liquidações precipitam-se desordenadamente, dando lugar a crises comerciais, que podem tornar-se graves.

Se há, pois, indivíduos que podem auferir lucros imediatos, outros seriam lançados à ruína pela subida brusca do câmbio e redução na extensão da circulação.

É necessário, pois, nem deixar-se arrastar pelas impaciências dos primeiros, nem estacar diante das exigências dos outros.

É necessário resgatar, valorizar o papel, excitando lentamente as liquidações de negócios inferiores para concentrar os valores nos negócios superiores, modificando pouco a pouco a nossa estrutura econômica.

É necessário, porém, que a ação seja lenta e graduada, de modo que, no movimento geral para constituir uma nova ordem de coisas, uma nova estrutura econômica, os elementos mais morosos possam alcançar os mais rápidos.

É necessário mesmo algumas vezes suspender temporariamente a ação do resgate para que os elementos máis retardatários, como o preço e os salários, não fiquem tão deslocados que possam perturbar profundamente as relações econômicas.

É uma operação em cuja realização a paciência, o tato, o critério e a prudência devem andar ao lado da coragem, da tenacidade e da perseverança.

Estudando os efeitos da superabundância excessiva de um gênero no mercado, tive ocasião de vos mostrar que a especulação, em sua essência, não é uma entidade nova que se apresenta no mercado.

Ela é o próprio comércio, que toma a forma parasitária, adaptando-se ao meio especial em que se desenvolve.

Enquanto, pois, não se modificar esse meio, só se poderá restringir e suprimir a especulação, restringindo e suprimindo o próprio comércio.

A especulação entre nós no mercado do café e do câmbio tem seus elementos de vida na superabundância do café e do papel-moeda; suprimam-se esses elementos e a especulação desaparecerá. Antes disso, não creio na eficácia de nenhum outro meio.

A regulamentação do comércio de câmbio nada tem produzido de positivo, a especulação é um Proteu; a cada novo regulamento ele responde tomando formas novas, e, quando se supõe que vai extinguir-se, surge cheio de vida, demonstrando que os regulamentos nada podem contra a sua essência, que é o próprio comércio, nem contra a sua modalidade, que é a expressão de um vício econômico.

Podemos e devemos legislar para auferir desse comércio, altamente lucrativo, rendas para o Tesouro; podemos e devemos retirar as instituições que se entregam a esse comércio tão nocivo das situações especiais em que algumas delas se acham colocadas, obrigando-as a entrar no regímen que lhes é próprio.

Mas nada de real, de positivo e de duradouro conseguiremos contra a especulação, senão quando tivermos adaptado a produção

do café ao seu consumo e a extensão da circulação ao seu valor real, salvo se novos capitais, atraídos por grandes lucros, entrarem em luta com os que hoje alimentam a especulação, e que dessa luta, dessa concorrência travada dentro da própria especulação, resultem benefícios relativos para o Brasil.

Enquanto se operam todos esses fenômenos, que se traduzirão por uma remodelação econômica do país, debaixo do ponto de vista agrícola, industrial e comercial, remodelação que só pode ter lugar de um modo lento e gradual, é necessário que o Governo organize os meios necessários para fazer face a todos os seus encargos durante o período de dificuldades que está atravessando o país, na fase mais aguda das liquidações indispensáveis e absolutamente necessárias àquela remodelação.

Três são as dificuldades mais sérias que nesse período se oferecem à nossa vida financeira.

A primeira é constituída pela diminuição das rendas aduaneiras, em virtude de redução da importação, conseqüente ao empobrecimento do país; a segunda, proveniente da diminuição das rendas aduaneiras, conseqüente às taxas ultraprotecionistas das tarifas nas alfândegas; a terceira, a sensibilidade exagerada do mercado onde o Governo vai buscar o ouro para satisfação dos seus encargos no exterior.

A redução das nossas rendas aduaneiras, conseqüente ao empobrecimento do país, só a podemos combater com a redução correspondente das despesas em todos os ramos da administração pública.

Durante o período de empobrecimento, a economia a mais severa se impõe como uma necessidade e como um dever, pois seria um erro e até um crime a ostentação de uma administração luxuosa no meio da pobreza nacional.

Essas economias têm sido e continuarão a ser feitas pela ação combinada e patriótica do Congresso e do Poder Executivo.

A redução nas tarifas das alfândegas das taxas ultraprotecionistas aumentaria, sem dúvida, a entrada dos produtos estrangeiros

no nosso mercado, fazendo crescer por esta forma as rendas aduaneiras.

Mas nem é possível, nem mesmo conveniente, sobretudo em uma época de grandes abalos, provocar uma transformação brusca no nosso vicioso sistema industrial, suspendendo instantaneamente proteções oficiais, à sombra das quais se organizaram e vivem muitas indústrias artificiais entre nós.

Enquanto, pois, se opera lenta e gradualmente a metamorfose industrial entre nós, não temos outro recurso senão pedir a essas mesmas indústrias a compensação dos prejuízos que elas causam às rendas da União.

Daí vem o desenvolvimento extraordinário, que estão dando Congresso e Governo aos impostos de consumo, já aumentando algumas das taxas existentes, já estendendo a ação tributária a grande número de produtos. Esse ato governamental, que vai sem dúvida aumentar os nossos recursos, despertou, como era natural, resistências próprias de toda adaptação a uma nova ordem de coisas.

É de justiça, porém, declarar que o bom senso e o sentimento de retidão da maior parte dos industriais e comerciantes bastaram para vencer as dificuldades criadas por alguns espíritos exaltados.

Esta nova peça do nosso sistema tributário representa o aparelho de adaptação do nosso organismo financeiro a um meio econômico que não pode ser alterado instantaneamente sem grandes inconvenientes.

O imposto em ouro de uma parte das nossas rendas aduaneiras representa outro aparelho de adaptação à sensibilidade do nosso mercado de câmbio.

O acordo de 15 de junho não retirou completamente o Governo daquele mercado, pois que os recursos indispensáveis para satisfazer as despesas ordinárias em ouro, não contempladas naquele acordo, e o pagamento do resto do empréstimo externo de 1897, montam quase a dois milhões esterlinos no corrente exercício.

Mesmo na hipótese da ausência completa de pagamentos naquela espécie, seria imprevidente o Governo que não cogitasse desde já na organização do aparelho necessário para obter o ouro, quando

tivermos de voltar ao regime normal com os nossos credores do exterior.

Nas circunstâncias em que nos achamos, os aparelhos dessa ordem não se organizam instantaneamente sem produzir grandes abalos e dificuldades muitas vezes insuperáveis.

Eles devem começar com pequenas dimensões, crescer e desenvolver-se de modo lento e gradual, apalpando, por assim dizer, o terreno, de modo que a adaptação se faça sem grandes atritos e sem grandes comoções.

É necessário que com eles se faça como que experiências, antes que se tenha necessidade absoluta do resultado do seu funcionamento, a fim de ter-se o tempo preciso de sondar o meio em que devem trabalhar e estudar as modificações neles a introduzir, se os resultados das experiências não corresponderem à nossa expectativa.

Só por esta forma se podem evitar decepções e dificuldades, que podem causar embaraços insuperáveis em momento em que não há calma para refletir, nem tempo para corrigir.

Foi o que fez o Governo, estabelecendo desde já o imposto de 10% ouro sobre o valor da importação e pedindo ao Congresso o aumento de mais 5% para o ano vindouro, taxa que será aumentada, a pouco e pouco, se as circunstâncias o exigirem e se as nossas condições o permitirem.

A idéia do imposto em ouro não é nova entre nós, e os insucessos na sua fixação em nosso meio foram devidos ao modo brusco pelo qual se procurou realizá-lo, com taxas fortes, desde o princípio de sua execução.

Essa forma de cobrança do imposto não afasta o Governo do mercado de câmbio, como muitos pensam, no sentido de que os recursos em ouro de que ele precisa tenham outra origem que não o nosso próprio mercado.

O imposto em ouro não é e nem podia ser um aparelho criador mas apenas um aparelho extrator.

O ouro nesta forma de imposto vem sempre do nosso mercado, o modo de extraí-lo é que varia de maneira notável nos dois processos.

No processo comum o Governo, em épocas determinadas e conhecidas dos negociantes de câmbio, procura, por intermédio de um ou de alguns corretores, fazer a compra de grandes somas em duas ou três praças da República.

No processo do imposto em ouro, o Governo, a todo o instante, por intermédio de todos os importadores, em todos os pontos em que há alfândegas, retira, por pequenas parcelas, o ouro de que necessita.

A diferença é radical: no primeiro caso, a compra do ouro faz-se com intermitências bruscas, o que produz grandes abalos, uma verdadeira trepidação no movimento cambial.

A compra faz-se por grandes quantias em épocas determinadas, o que amplifica extraordinariamente a trepidação de que acabamos de falar.

A compra realiza-se em um número muito limitado de pontos, o que faz concentrar nesses pontos e, por conseguinte, exagerar a ação perturbadora sobre o movimento cambial.

Finalmente, a operação é realizada por um pequeno número de intermediários, que não têm interesse direto na operação, além dos seus lucros imediatos.

No segundo caso, porém, a operação faz-se a todos os momentos, em todos os lugares, diluindo, assim, sua ação perturbadora em uma continuidade de tempo e de espaço.

Ainda mais, os agentes da operação, neste caso, são inúmeros, são todos os importadores, que, zelando cada um o seu próprio interesse, procuram realizar as transações nas condições as mais favoráveis.

Eis, como, por meio deste aparelho financeiro, o Governo consegue extrair do mercado o ouro de que tem necessidade, sem os grandes abalos que tanto favorecem aos especuladores, quanto prejudicam ao comércio honesto.

Estes três agentes financeiros: a redução das despesas em todos os ramos da administração pública, para corresponder ao empobrecimento atual do país; o imposto de consumo, para corresponder à nossa viciosa organização industrial; e o imposto em ou-

ro, para corresponder ao mercado de câmbio, em que uma massa enorme de papel-moeda desvalorizado imprime o cunho de uma sensibilidade doentia, constituem os três aparelhos de adaptação do nosso organismo financeiro ao nosso meio econômico.

Por esta forma teremos por algum tempo uma vida financeira pobre: dos nossos serviços públicos uns foram, outros terão talvez de ser suprimidos, outros, ainda, terão dotação reduzida; mas teremos as condições essenciais de vida, porque esta, antes de tudo, adapta-se ao meio em que tem de realizar-se.

Em 1897, eu tive ocasião de chamar a atenção para a falta de concordância entre a vida financeira e o meio econômico.

A despesa não foi reduzida convenientemente, apesar dos esforços patrióticos do meu honrado colega, que naquele tempo ocupava a pasta da Fazenda.

O déficit orçamentário subiu nesse ano a 120.000:000\$000, e foi necessário recorrer a dois empréstimos, um interno de 60.000:000\$000 e outro externo de dois milhões esterlinos para fazer frente a este déficit.

No ano seguinte a situação agravou-se por tal forma que, apesar dos esforços heróicos do meu antecessor, fomos levados a suspender no exterior os nossos pagamentos em espécie e a recorrer ao acordo de 15 de junho.

O Governo está trabalhando com perseverança e tenacidade no sentido de reduzir muitos dos encargos que pesavam sobre o Tesouro na ocasião em que fomos forçados a aceitar aquele acordo.

Com a grande depressão da taxa cambial, os encargos em ouro tornaram-se extremamente onerosos, daí a grande vantagem de reduzir, o máximo possível, as dívidas internas dessa espécie.

O Governo tem em adiantamento operações que, terminadas antes do período do acordo, reduzirão essa dívida em mais de 27.000:000\$000 ou três milhões esterlinos.

Na parte mais onerosa da dívida interna em papel e representada pelas apólices de juros de 6% tivemos no mesmo período uma redução de 18.000:000\$000.

As dívidas de exercícios findos, amontoadas durante muitos anos, estão sendo liquidadas com tal empenho, que espero que elas estejam regularizadas, quando expirar o convênio financeiro.

No mesmo período, creio poder liquidar os mais pesados dos encargos provenientes de sentenças judiciais, que montam atualmente a somas avultadas, e libertar-nos dos déficits de pequenas estradas de ferro que já então devem estar arrendadas.

De outro lado, a arrecadação das mais importantes das nossas rendas deve ir melhorando de modo sensível: a da renda do selo, pelos efeitos da lei ultimamente votada pelo Congresso, a dos impostos de consumo, pela lei atualmente em elaboração e a das aduaneiras, pelas modificações introduzidas, quer nas tarifas, quer na consolidação das leis das alfândegas, e quer pelo convênio estabelecido entre o Governo da União e o do Rio Grande do Sul, para repressão do contrabando nas fronteiras desse Estado, convênio que está dando os mais brilhantes resultados.

O estado das nossas rendas correspondentes ao primeiro semestre deste ano mostra, no quadro que acompanha este relatório, uma diferença para menos de 10.000:000\$400, comparada com a do primeiro semestre do ano passado.

Essa diferença, porém, não é real, pois, se compararmos a receita da Alfândega em 1898 com a de 1897, observaremos que havendo decrescido sensivelmente durante o ano de 1898, o mês de dezembro desse mesmo ano oferece um aumento de renda de mais de 11.000:000\$000, comparado com igual mês de 1897.

Houve, pois, em dezembro de 1898 uma antecipação de receita, produzida por uma antecipação de importação, com o fim de evitar a ação do imposto dos 10%, em ouro.

Se passarmos, pois, para o corrente ano o produto dessa antecipação de receita, veremos que desaparece a diferença acima apontada.

Entretanto, para não sermos otimistas neste assunto, admitamos nas rendas aduaneiras uma diminuição de 20.000:000\$000; essa diminuição será neutralizada pelo aumento certo, que teremos nas rendas do imposto de selo e de consumo.

Se tivermos ainda renda total menor que a de 1898, a diferença será compensada pela redução nas despesas feitas em todos os orçamentos.

Dada, pois, com todas estas compensações e na pior das hipóteses, uma situação semelhante à de 1898, quanto à relação entre a receita e a despesa, estaremos, sem dúvida, quando expirar o convênio de 15 de junho, em condições de voltar ao pagamento em espécie, pois, como é sabido, a diferença de câmbio foi a causa mais notável de suspensão daqueles pagamentos, e, recebendo o Governo atualmente uma parte das rendas aduaneiras, ao câmbio de 27, terá incontestavelmente os recursos necessários para o serviço no exterior sem os ônus da diferença de câmbio.

Podemos, pois, estar certos que a República, que, durante a vigência do acordo financeiro, ainda não faltou a um só dos seus compromissos, terá os recursos necessários para cumprir o seu dever quando houver expirado aquele acordo.

Tais são, Sr. Presidente, as considerações gerais, que julguei conveniente fazer, antes de vos apresentar notícias mais detalhadas sobre o ramo de administração que me confiastes.

Elas apontam, de modo bem claro, as causas que com mais intensidade têm trabalhado para a nossa decadência econômica e financeira; imprimindo à nossa sociedade uma estrutura econômica viciosa, caracterizada pela discordância entre elementos que devem guardar entre si a mais completa harmonia — consumo e produção, valor e extensão de circulação, receita e despesa da União.

Para combater essas causas e destruir os seus efeitos perniciosos, dois são os caminhos a seguir: o caminho estreito e tortuoso da política de expedientes e a estrada reta e larga da política de princípios, que acabo de vos apresentar.

O primeiro é fácil de percorrer; os benefícios que nele encontramos são de efeitos imediatos, embora transitórios: empréstimos à lavoura, a alta artificial do câmbio à custa do Tesouro, a propaganda em favor do consumo do café por agentes oficiais, o comércio desse produto realizado diretamente pelo próprio Governo e outras fórmulas sedutoras arrancam aplausos calorosos a muitos da-

queles que, sentindo mais diretamente os efeitos terríveis da crise, pensam e raciocinam sob a forte pressão de seus próprios males.

A estrada da política de princípios é áspera e rude; os resultados longínquos mas seguros que ela nos oferece, só podem ser percebidos por aqueles que têm a calma, a clarividência e a serenidade de espírito no estudo destas questões.

A política de expedientes é a política da máscara, com que se procura ocultar ao país os seus próprios males; é a política do narcótico, que insensibiliza a nação para as suas próprias dores, tirando-lhe a consciência da necessidade de uma reação enérgica e viril contra os agentes que ameaçam destruí-la.

A outra é a política da franqueza e lealdade, que não esconde as verdades duras e amargas que o país precisa conhecer; a política que, tendo fé na vitalidade da República, não tem receio de provocar de sua parte um movimento enérgico de reação salutar.

A escolha não pode ser duvidosa, Sr. Presidente, para um espírito como o vosso, que tantas vezes tem demonstrado preferir o encanto doce e elevado de uma consciência patriótica à baixa sedução da popularidade de momento.

É por isso que, no correr desta exposição, eu fiz sentir constantemente que, não só ao Governo, mas também e, principalmente à Nação, cabe a parte, a mais importante, na solução das nossas dificuldades atuais.

Ao Governo cabe, firmando o nosso crédito e valorizando a nossa moeda, provocar a entrada de novos capitais, que venham do exterior desenvolver nossas riquezas. A lavoura, porém, cabe modificar sua organização viciosa, para que esses capitais não se transformem em elementos de destruição da fortuna nacional.

Ao Governo compete a legislação que garanta da melhor forma as instituições de crédito agrícola; a lavoura, porém, deve estar certa que nenhum governo tem o poder de criar o crédito agrícola, que só pode ser constituído pelo trabalho, pela economia e pela pontualidade nos pagamentos.

É dever do Governo facilitar a circulação dos nossos produtos nos países estrangeiros; só os próprios lavradores, porém, conse-

guirão levar a efeito a propaganda, de que deve resultar o aumento de consumo.

Ao Governo compete a redução da extensão da circulação, para valorizar a nossa moeda; só, porém, o país, aumentando o valor de sua produção, pode evitar a necessidade de uma redução que modifique profundamente relações econômicas importantes da vida nacional.

Sr. Presidente, vivemos em uma República em que os republicanos emprestam aos que governam o poder sobrenatural que os antigos povos atribuíam aos monarcas de origem divina.

Para eles o Governo da República deve ter o poder de derrogar as leis naturais da oferta e procurar valorizar instantaneamente o café sem alterar a discordância entre a produção e o consumo, levantar bruscamente o câmbio sem alterar a desproporção enorme entre o valor da circulação e a sua extensão e até alargar e desenvolver todos os serviços públicos, mesmo com diminuição notável das nossas rendas.

Para chegar a esse resultado fantástico de corrigir em poucos meses efeitos de erros acumulados em muitos anos, não hesitam em aconselhar o emprego de todos os processos contra a liberdade econômica, esquecendo-se que a República não pode ser um mito híbrido de liberdade política e de despotismo econômico.

É preciso reagir com energia contra essas tendências retrógradas; e, no momento atual, o dever mais espinhoso, mais árduo, mas também o mais nobre e patriótico é resistir calmo, firme e inabalável a essa onda em que se misturam a ignorância e a má fé de uns com as paixões partidárias de outros.

É necessário, Sr. Presidente, que o nosso patriotismo seja maior que o nosso amor próprio, e que saibamos sem ruído, e sem ostentação sacrificar os efeitos, às vezes brilhantes, mas sempre passageiros, dos processos artificiais à obra de restauração sólida e permanente da situação econômica e financeira da República.

Republicano por índole, por educação e por princípio, eu tenho fé absoluta que todas as nossas dificuldades só podem ter solução na prática leal e sincera dos princípios de liberdade.

Que a República entre nós não seja uma palavra vã, simples inscrição de bandeira dos que lutam pelos seus interesses individuais, mas que seja a inspiradora dos nossos pensamentos e a síntese de todas as liberdades.

É, Sr. Presidente, o que em outra ocasião eu concretizei na fórmula — republicanizar a República.